

A IDENTIDADE SEXUAL: DISCURSOS SOBRE O PROGRAMA BRASIL SEM HOMOFOBIA

Edson Leandro de Almeida - UFRPE/FUNDAJ - edsonecumenico@hotmail.com

Hulda Helena Coraciara Stadler – UFRPE - stadtler@oi.com.br

INTRODUÇÃO

As questões referentes à sexualidade, contrariamente ao que cogita o senso comum, foram alvo de um discurso prolixo, disciplinador e normalizador (FOUCAULT, 1988), que visava controlar o uso dos corpos e regradar os prazeres. A intenção de tais discursos seria impedir a livre expressão das experiências e percepções da sexualidade. Buscava-se definir os modos corretos de usos dos corpos e de expressões da sexualidade humana. Antecede a reflexão à questão da sexualidade foucaultiana, as descobertas de Sigmund Freud, especialmente em seu texto *Os Três Ensaio sobre a Sexualidade Infantil* (1905/1996). A grande contribuição da teoria freudiana, nesta obra e em sua vasta produção, foi questionar se tudo na sexualidade estaria determinado pela natureza biológica das pessoas, fato tido como verdade até então, e que ainda hoje está presente em diversos segmentos da sociedade. Muito desse padrão de pensar a sexualidade é reproduzido sem questionamentos pela prática institucional escolar. Associada historicamente, em nosso país, as ideologias religiosas, embora dita laica, a escola reproduz mecanismos de exclusão e controle abusivos e pouco educativos sobre as sexualidades.

A escola - como produtora de subjetividades - poderia tanto reproduzir os discursos supostamente “*verdadeiros*” sobre a sexualidade humana, como possibilitar uma reflexão ampla sobre como cada sujeito experiencia de modo autônomo sua relação com o corpo, com o outro e com a própria sexualidade, e isto representar inclusão e respeito.

Se o corpo é um componente biologicamente constituído - como querem os defensores de uma concepção biológica do corpo -, ele é, também e principalmente, construído socialmente, e está definido num espaço-tempo específico. Nesse sentido não está dado, definido exclusivamente pela natureza, antes “é provisório, mutável e mutante” (GOELLNER, 2012, p. 28). Por tanto o

corpo e seus usos, é uma construção do discurso que não apenas proclama uma verdade, mas antes a inventa, “(...) cria o existente, em relação ao corpo, a linguagem tem o poder de nomeá-lo, classificá-lo, definir-lhe normalidade e anormalidades” (GOELLNER e FIGUEIRA, 2002, p. 2). Ainda para Foucault (1979, p. 80), “[...] foi no biológico, no somático, no corporal que antes de tudo investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica”.

Esse investimento foi responsável por um discurso normalizador sobre o corpo, produzindo, a partir do cuidado com este um poder sobre os sujeitos. Ao definir o tipo ideal de corpo, o discurso leva inúmeros sujeitos a buscarem a adequação ao padrão instituído através de cirurgias plásticas, o consumo cada vez maior de cosméticos e suplementos alimentares, na busca do *corpo perfeito*. Ainda nesse sentido, as convenções sobre o asseio, a higiene, os modos corretos e aceitáveis de cuidados com o corpo e as relações que se mantêm com e no corpo, tanto na esfera pública como privada, tornaram os sujeitos autovigilantes (GOELLNER, 2012).

Esta preocupação com o corpo também deve ser compreendida devido à importância que o corpo tem na construção da identidade: “o corpo é o local primeiro da identidade, o *locus* a partir do qual cada um diz do seu íntimo, da sua personalidade [...]. A produção do corpo se opera [...], no coletivo e no individual” (GOELLNER, 2012, p. 39). Não por acaso a sociedade, e especificamente a escola, tem produzido e reproduzido discursos e práticas no sentido de tolher os possíveis desvios nos padrões referentes à identidade sexual. Desde sua inserção no mundo escolar a criança é condicionada a responder as expectativas sociais quanto ao seu gênero. Para tanto, são criados mecanismos diversos na pretensão de produzir tal agenciamento.

Tal efeito, que tem como finalidade capturar os sujeitos para que respondam às expectativas sociais, se dá através de diversos mecanismos que a escola coloca em ação para garantir a adesão dos sujeitos. Diversas pesquisas, nesse sentido, têm discutidos tais mecanismos de coerção e persuasão que, muitas das vezes, são burlados pelas crianças (FINCO, 2003). Estes mecanismos vão desde da criação de banheiros particulares para cada sexo (TEIXEIRA e RAPOSO, 2007), e nesse caso admitindo apenas dois sexos, masculino e feminino, de orientação heterossexual. Do mesmo modo o uso de brinquedos que marcam a distinção sexual de meninos e meninas, reproduzindo o discurso social, ainda

vigente, de que há brinquedos adequados para cada sexo, e que este sexo é definido pelo fenótipo de cada um e cada uma (FINCO, 2003). Se inserem ainda nesses mecanismos de demarcação sexual o diário de classe, os jogos, particularmente nas aulas de educação física, entre outros mecanismos que juntos formam uma superfície discursiva (ORLANDI, 2009), sob a qual os sujeitos são localizados de modo que se possa agir sobre eles (FOUCAULT, 1979).

É nesse contexto que a criança, ao entrar na escola, se depara com toda uma indústria de produção discursiva sobre os usos do corpo. A escola, enquanto “Instituição Total” (GOFFMAN, 1974, p. 11), produz uma administração formal sobre a conduta dos educandos, reproduz para estes uma “definição da situação”, ditando-lhes o que é correto e ou não no que tange à sua ação no seio da instituição escolar e na vida. Assim, a escola vai moldando os comportamentos e as percepções sobre o corpo e a sexualidade na criança. Produz naturalizações de comportamentos sexistas e, em geral, busca tolher comportamentos que não condizem com a norma sexual vigente.

Dessa feita, consideramos que a formação docente tem grande influência no modo como a maioria dos adultos percebe as questões ligadas à sexualidade. No entanto, o que se observa quase sempre, é um silenciar, também na academia, sobre as questões da sexualidade e do corpo.

Preocupados com este silenciar das questões sexuais na formação dos professores, o Movimento LGBTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), juntamente com o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação e outras organizações, iniciaram o programa "Brasil sem Homofobia" e, incluído neste, o programa "Escola sem Homofobia", buscando promover a produção de material didático para que fosse distribuído aos professores e professoras das escolas públicas a fim de que aqueles que se interessassem por debater tais questões com seus alunos, tivessem material de apoio que os auxiliasse nas discussões em sala.

Porém, o material produzido e distribuído em 2011 recebeu diversas críticas das alas conservadoras do legislativo nacional, fato que forçou a Presidente Dilma Rousseff, a vetar o projeto, proibir a continuação da produção dos materiais e ordenar que fossem recolhidos aqueles que já haviam sido distribuídos nas escolas, passando a denominação pejorativa de “kit gay” (OLIVEIRA JUNIOR e MAIO, 2014).

A presidenta, em pronunciamento sobre o veto ao material do programa Brasil sem Homofobia, alegou que o governo e nenhum de seus órgãos, pode

promover qualquer material que tenda a influenciar as escolhas sexuais dos brasileiros e brasileiras. Este pronunciamento teve interferência clara das acusações da chamada bancada evangélica no Senado e na Câmara Federal, de que o material fazia apologia à homossexualidade (OLIVEIRA JUNIOR e MAIO, 2014).

Proposta metodológica

A presente pesquisa vem buscando compreender, a partir de Análise do Discurso, os materiais didáticos produzidos - textuais e audiovisuais -, sobre as questões da sexualidade, em especial aqueles produzidos pelo programa Brasil Sem Homofobia, como também os discursos políticos dos diferentes segmentos sociais a respeito dos mesmos. Ainda analisar o estado atual do discurso pedagógico a partir de grupo de estudo estruturado no curso de Licenciatura em Pedagogia da UFRPE, quanto a inserção da temática no processo de formação. Analisar as práticas territoriais sobre a sexualidade no espaço escolar e no contexto mais geral da sociedade; Bem como compreender como se dão hoje os agrupamentos territoriais em defesa da identidade de gênero.

No caso específico do presente trabalho, a abordagem constituirá na análise dos discursos referentes ao material didático do Programa Brasil sem Homofobia.

Conclusões preliminares

A análise primal tem apontado que o discurso do material, e assim considerando quem produziu, de onde e porque produziu, possibilita uma discussão ampla quanto à produção da diferença relativa à identidade sexual.

Mesmo com a anulação e proibição da distribuição do material produzido, as discussões geradas pelo kit, possibilitaram a manifestação social sobre o que pensam, no tocante a questão da homossexualidade e da violência contra pessoas homoafetivas. Tal fato pode ser considerado um ganho, visto que são fatos como estes que possibilitam uma mudança de mentalidade que já está em curso.

As posições discursivas sobre o material, tanto a favor quanto, têm promovido diversas mobilizações sociais de seguimentos distintos da sociedade. Destacamos aqui uma iniciativa de um grupo de pessoas que estão colhendo um

abaixo-assinado contra o programa¹. O texto do referido grupo produziu uma distorção nos conceitos do programa, reproduzindo o discurso da bancada evangélica de que o material constituía-se de uma apologia ao *homossexualismo*.

O discurso da presidenta Dilma Rousseff, afirmando que o governo não permitirá a nenhum órgão promover propaganda à opção sexual qualquer, pretende mostrar uma neutralidade quanto ao assunto (DAMÉ, 2011), no entanto deixa de refletir os inúmeros discursos heteronormativos e homofóbicos presentes nos mais diversos materiais produzidos pela educação no País.

A bancada evangélica, grupo que tem ganhado bastante influência no legislativo nacional, proferiu diversas opiniões de repúdio ao Projeto Brasil sem homofobia. A grande maioria dos pronunciamentos acusam o projeto de fazer apologia à homossexualidade e de pretender produzir uma *ditadura* gay no país (ÁVILA, 2013; ARAGÃO, 2012; OLIVEIRA JUNIOR e MAIO, 2014).

O Conselho Federal de Psicologia, após análise do material, posicionou-se a favor do mesmo, declarando que este é totalmente adequado à faixa etária a qual se destina (CFP, 2011).

A nossa análise a respeito dos vídeos e materiais produzidos promovem uma discussão ampla e aberta sobre o tema da identidade sexual, contribuindo para uma postura crítica diante das diferenças.

Conclusões

Logo, os discursos inventam uma verdade sobre o Kit Anti-homofobia, que encontra eco em diversos sujeitos, que se identificam e são agenciados pelos sujeitos enunciadorees dos ditos discursos.

A polêmica, iniciada pela bancada evangélica do legislativo, proporcionou uma tomada de consciência, por parte da sociedade, sobre a temática da identidade sexual e da homofobia.

Assim as questões relativas à identidade sexual podem ser melhor pensadas se discutidas a partir de uma concepção política da diferença, e dos dispositivos discursivos que produzem as verdades relativas à temática.

¹ Disponível em: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=prol>.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Jarbas. Insistência de evangélicos pela 'cura gay' aprofunda guerra na Câmara. 18, dez. 2012. Disponível em:<http://noticias.gospelprime.com.br/ditadura-gay-deputado-ronaldo-fonseca>. Acesso em: 29/07/2104.

ÁVILA, Rômulo. Não podemos viver no Brasil uma ditadura gay, diz deputado mineiro. Belo Horizonte, 13, maio, 2013. Disponível em:<http://www.itatiaia.com.br/noticia/nao-podemos-viver-no-brasil-uma-ditadura-gay-diz-deputado-mineiro>. Acesso em: 01/08/2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Parecer Projeto Escola sem homofobia. Brasília, 13, jun. 2011. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/633>. Acesso em: 10/07/2014.

DAMÉ, Luiza. Dilma diz que kit não combate a homofobia, afirma Haddad. **O Globo**. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em:<<http://oglobo.globo.com/politica/dilma-diz-que-kit-nao-combate-homofobia-afirma-haddad-2765409#ixzz3A21pLMYb>>. Acesso em: 25/07/2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. SÃO PAULO: GRAAL, 1988. v.1.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v.7.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, G.L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S.V. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo da educação**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOELLNER, Silvana Vilodre; FIGUEIRA, Márcia Luiza Machado. Corpo E Gênero: a Revista Capricho e a produção de corpos femininos. **Motrivivência**. N.19. Ano XIII. Dezembro de 2002. Florianópolis: UFSC, 2002. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/950/4327>>. Acesso em: 12/04/2014.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de; MAIO, Eliane Rose. Kit gay: 'dá para continuar discutindo esse assunto?'. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**. Vol. 5, No 1 (2014). P.208-227. Disponível EM: <http://revistas2.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/4266/pdf_116>. Acesso em: 19/07/2014.

TEIXEIRA, Adla B. Martins; RAPOSO, Ana E. S. Silva. (2007-outubro). *Banheiros escolares promotores de diferenças de gênero*. GT Gênero, Sexualidade e Educação. **30ª Reunião Anual da ANPED** – Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT23-3472--Int.pdf>. Acesso em: 15 de Setembro de 2013.